

# ENTREVISTA AO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA DO ENSINO SUPERIOR (ARES), DE CABO VERDE, PROF. DOUTOR JOÃO DIAS,

conduzido por António Correia e Silva



**1. Dez anos depois da criação da Agência de Regulação do Ensino Superior (ARES), como avalia o processo de afirmação da agência como entidade independente de regulação do Ensino Superior em Cabo Verde? Que vantagens institucionais e operacionais resultaram deste facto, nomeadamente no que respeita à autonomia técnica e ao reforço da credibilidade junto das IES e da sociedade civil?**

**R:** A criação da ARES marcou um ponto de viragem para o Ensino Superior em Cabo Verde, permitindo estabelecer uma entidade reguladora independente com autonomia técnica. Esta independência tem sido crucial para garantir processos de avaliação e acreditação isentos, promovendo a confiança das Instituições de Ensino Superior (IES), da sociedade civil e dos parceiros internacionais. A consolidação institucional da ARES trouxe ganhos operacionais significativos, como a implementação de processos com padrões de avaliação e um reforço da sua autoridade reguladora.

**2. A avaliação institucional e dos ciclos de estudos tornou-se obrigatória e periódica. O que nos pode dizer sobre a adesão das instituições a esse processo e a sua capacidade de resposta às recomendações?**

**R:** A obrigatoriedade da avaliação periódica tem sido acolhida positivamente pelas IES, que reconhecem a importância do processo para o seu desenvolvimento e credibilidade. A maioria das Instituições tem demonstrado capacidade de resposta às recomendações emitidas pela ARES, embora existam desafios relacionados com a criação e a maturidade dos Sistemas Internos de Garantia de Qualidade (SIGQ). A ARES tem procurado acompanhar as IES, promovendo capacitações e orientações técnicas para facilitar a implementação das melhorias recomendadas.

**3. A introdução de avaliadores externos internacionais foi um dos mecanismos de aproximação às boas práticas e fator suplementar de credibilidade para as instituições avaliadas. Contudo, Cabo Verde não podia, complementarmente, investir também na formação de seus próprios avaliadores, tendo na equipa pessoas que conhecem mais de perto as IES locais, ao lado de outras com mais experiência nesta matéria? Que balanço faz das últimas experiências de avaliação externa e as lições que delas podem ser tiradas para o futuro?**

**R:** A inclusão de avaliadores internacionais foi uma estratégia para o alinhamento com boas práticas e o reforço da imparcialidade. No entanto, a ARES reconhece a importância de formar avaliadores e peritos nacionais associados à ordens/associações profissionais, capazes de aliar conhecimento contextual à competência técnica. Temos investido em ações de capacitação e acreditamos que o modelo *misto* – avaliadores/peritos nacionais e internacionais – deverá ser o caminho a seguir. As últimas avaliações mostraram ganhos claros em transparência e qualidade, e revelaram também a necessidade da criação e reforço dos SIGQ nas Instituições de Ensino Superior (IES).

**4. Cabo Verde ainda apresenta défices de professores doutorados em várias áreas. Como tem a ARES conciliado o rigor técnico das exigências com as reais disponibilidades de docentes doutorados do país?**

**R:** A ARES atua com base em critérios objetivos, seguindo os normativos, mas sempre com sensibilidade face à realidade nacional. Procuramos, assim, assegurar a qualidade sem desconsiderar os desafios estruturais do sistema. O diálogo com as IES tem sido constante, e medidas como a adoção de planos de regularização progressiva e parcerias internacionais para reforço do corpo docente têm sido seguidas.

**5. No que toca à empregabilidade dos diplomados, quais os dados que a ARES já consegue recolher e partilhar com o público? Há já uma base de dados consolidada que permita responder a questões como: quantos diplomados por área, por instituição, por ilha?**

**R:** A ARES tem em projeto a construção de uma base de dados nacional de diplomados, que deverá integrar variáveis como área de formação, instituição e localização. Aguardamos a extensão da Plataforma Digital da ARES (PD-ARES), de forma a integrar um (novo) Módulo Estatístico, que permitirá no futuro, ser um instrumento essencial para políticas públicas de educação e emprego. A sua implementação e posterior disponibilização ao público está entre as nossas prioridades, garantindo, naturalmente, o cumprimento da legislação de proteção de dados.

**6. Quais são hoje os principais canais de comunicação entre a ARES e os estudantes? Há mecanismos formais para recolha de reclamações ou denúncias, e como são tratadas?**

**R:** Os canais principais incluem o Website institucional, linha telefónica e e-mail. As denúncias e reclamações que são tratadas com confidencialidade e segundo procedimentos rigorosos. As associações/federações académicas fazem parte do Conselho Consultivo da ARES, sendo um dos canais de comunicação com a Agência.

**7. A ARES tem afirmado a internacionalização do ensino superior cabo-verdiano como um dos vetores estratégicos da sua atuação. Que passos concretos estão a ser dados para garantir reconhecimento mútuo de diplomas com países parceiros como Portugal ou os membros da CEDEAO?**

**R:** Temos mantido diálogo institucional com a A3ES - Agência de Avaliação, Acreditação do Ensino Superior (agência congénere portuguesa) e outras entidades congêneres para harmonização de critérios e procedimentos a nível da CPLP. Neste momento, Cabo Verde encontra-se na fase final em termos de avaliação pela DGES - Direção geral do Ensino Superior, de Portugal, que visa garantir o reconhecimento automático de diplomas. No âmbito da CEDEAO, participamos em fóruns regionais de harmonização e reconhecimento, e em breve será elaborado/assinado um memorando de entendimento, com a agência congénere do Senegal, a ANAQ-Sup - Autorité Nationale D'Assurance Qualité de l'enseignement SUPérieur. A adesão ao Sistema Africano de Garantia de Qualidade como membro do AfriQAN - The African Quality Assurance Network - e consequentemente a presença/participação no projeto da criação/consolidação da PAQAA - Pan-African Quality Assurance and Accreditation Agency, também é um passo nesse sentido. Adicionalmente, referir que desde maio de 2025, que a ARES é membro afiliado da ENQA - European Association for Quality Assurance in Higher Education.

**8. As boas práticas internacionais apontam para a obrigatoriedade de sistemas internos de garantia de qualidade (SIGQ) em cada IES. Em que estágio está o processo de certificação desses sistemas nas IES cabo-verdianas?**

**R:** A maioria das IES já iniciou a implementação de SIGQ, com diferentes níveis de maturidade. A ARES tem desenvolvido orientações técnicas e promovido capacitações. O processo de certificação formal só deverá acontecer, após a avaliação da própria agência, a decorrer em 2026/2027, de forma que tal seja possível antes do próximo ciclo de avaliação institucional, em 2028.

9. Cabo Verde dispõe desde 2012 de um Regime Jurídico dos Graus e Diplomas (RJGDES), com previsões fundamentais para a comparabilidade internacional de títulos académicos. No entanto, muitos dispositivos desse regime ainda não foram efetivamente aplicados. Qual é, ou qual deveria ser, a seu ver, o papel da ARES na promoção da sua implementação prática?

**R:** A ARES tem tentado assumir um papel mobilizador e de monitorização da aplicação do RJGDES. Temos promovido debates técnicos e elaborado pareceres sobre dispositivos específicos que necessitam regulamentação adicional, que deverá ocorrer ainda este ano de 2025, tendo em atenção que a implementação prática requer também uma articulação estreita com o Governo e as IES.

10. A acreditação e o reconhecimento de diplomas são pilares para a mobilidade académica e profissional dos diplomados. Considera que os mecanismos atualmente em funcionamento já garantem suficientemente essa mobilidade dentro da CPLP, da CEDEAO ou da União Europeia? O que falta?

**R:** Embora tenhamos mecanismos funcionais, ainda existem limitações. Falta um sistema integrado de reconhecimento automático e maior articulação com alguns países africanos. A ARES tem defendido a criação de quadros multilaterais de referência e participa ativamente em redes internacionais para contribuir nesse processo.

**11. Seguindo na temática internacional. A ARES tem desenvolvido cooperação com a A3ES (Portugal) e outras agências da CPLP. Que resultados concretos já resultaram dessas parcerias e como avalia a importância dessas redes lusófonas de regulação do ensino superior?**

**R:** As parcerias com a A3ES e outras agências da CPLP têm sido fundamentais para a capacitação das equipas técnicas da ARES e para a adoção de padrões internacionais. Resultaram também em projetos conjuntos, intercâmbio de boas práticas e desenvolvimento de metodologias comuns. Essas redes são estratégicas para o fortalecimento institucional e para a internacionalização do ensino superior cabo-verdiano. Para além da rede das agências de qualidade no espaço da CPLP, em 2024, foi criada uma rede lusófona dos PALOP (RAAQES-PALOP - Rede das Agências de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), com o mesmo intuito no referido espaço.

**12. Cabo Verde integra a União Africana e a CEDEAO, mas, segundo as suas próprias palavras numa entrevista concedida a um jornal cabo-verdiano, a cooperação com agências da África Ocidental é ainda muito incipiente. Que obstáculos tem encontrado nesse campo? Que tipo de articulação regional seria desejável?**

**R:** Temos enfrentado obstáculos com a pouca atividade de agências reguladoras em alguns países da região e limitações orçamentais que dificultam a realização de atividades conjuntas. A articulação desejável passa pela criação de uma rede de agências da África Ocidental, com encontros regulares e partilha de experiências, e pela promoção de marcos legais comuns que facilitem a mobilidade académica e o reconhecimento mútuo. O memorando de entendimento a elaborar/ assinar em breve com a ANAQ-Sup do Senegal, virá tentar suprir este handicap que temos nesta região.

**13. Em termos estratégicos, como vê o papel da ARES no reforço da posição de Cabo Verde como um hub académico regional no Atlântico Médio, com pontes entre África, Europa e América Latina? Que desafios e oportunidades identifica para esse posicionamento internacional?**

**R:** A ARES pode contribuir decisivamente para esse posicionamento, promovendo padrões de qualidade reconhecidos internacionalmente e estimulando a atratividade do sistema de ensino superior nacional. Entre os desafios estão a necessidade de maior investimento em infraestrutura e internacionalização curricular. As oportunidades passam pela geografia estratégica do país, a estabilidade institucional e a crescente procura por destinos académicos de qualidade no espaço lusófono e africano.